

Senado baixa medidas para destrancar pauta

O GLOBO

10 ABR 2003

Sarney, Lobão, Mercadante e Viana preparam terreno para facilitar tramitação das reformas

• BRASÍLIA. Diante das dificuldades em destrancar a pauta de votação, parada porque governo e oposição não chegaram a um acordo em torno de uma medida provisória que estadualiza rodovias federais, o presidente do Senado, José Sarney (PMDB-AP), estabeleceu ontem o prazo de três sessões para a votação de matérias que estejam paralisando os trabalhos. Com isso, acaba com a possibilidade de trancaamento por prazo longo. Depois de três sessões, os partidos serão chamados a se pronunciar sobre a matéria, votando contra, a favor ou se abstendo.

Tolerância de 15 minutos para quórum mínimo

A Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) do Senado também baixou uma medida para agilizar as votações. Por decisão do seu presidente, Edison Lobão (PFL-MA), a partir da próxima semana será dado um prazo de tolerância de 15 minutos para que pelo menos nove senadores (quórum mínimo) estejam presentes. Caso contrário, os projetos com prazo vencido — isto é, com mais de 30 dias na CCJ — se-

rão encaminhados diretamente ao plenário, sem o parecer da comissão.

O próprio governo já estuda novas regras para agilizar a tramitação de medidas provisórias.

— A liderança do governo e a Casa Civil já estão estudando mudanças para as medidas provisórias. É um problema que transborda no Congresso — afirmou o líder do PT, senador Tião Viana (AC).

Sarney também modificou a pauta de votação. Entre os 44 itens que constavam da pauta de ontem, apenas as medidas provisórias (MPs) e projetos que tramitam com urgência permanecerão na ordem do dia a partir de hoje. Os demais só voltarão ao plenário depois da desobstrução da pauta.

— Cabe a mim zelar pela imagem do Senado. Queremos mostrar ao país a visão que o Senado tem de trabalho e do cumprimento de seu dever — afirmou Sarney no plenário.

O líder do governo, Aloizio Mercadante (PT-SP), também reagiu à inércia do Senado. Ele disse que recomendou ao governo evitar a edição de MPs, dando preferência a projetos de lei, para que a tramitação



JOSÉ SARNEY: "Cabe a mim zelar pela imagem do Senado"

das reformas previdenciária e tributária não seja prejudicada. Mercadante informou que apresentará hoje um projeto que cria uma comissão permanente para tratar das MPs.

A Constituição determina que uma MP que não é votada 45 dias depois de sua edição entre na pauta em regime de urgência, o que suspende qualquer outra deliberação do Legislativo. Hoje há oito medi-

das no Senado e as comissões especiais previstas para analisá-las sequer foram instaladas.

— É preciso usar a medida provisória só quando for absolutamente indispensável, para não prejudicar a pauta — disse Mercadante.

A oposição elogiou a disposição de Sarney, mas disse duvidar da eficácia de levar à votação projetos sem acordo. No

Senado, PFL, PSDB e PMDB, juntos, somam 49 dos 81 votos da Casa e são maioria.

— É uma tentativa de votar mais rápido. Mas se tivermos interesse e número em derrotar o governo, derrotaremos. Se quisermos conciliar, o faremos. Podemos também passar o ônus ao governo, fazendo obstrução e nos retirando do plenário — disse o líder tucano, senador Artur Virgílio (AM).

O governo teve de ceder mais espaço à oposição para começar a desobstruir a pauta da Câmara, votando no fim do dia a medida provisória 103, que trata da organização da Presidência da República.

Acordo divide relatoria das MPs entre os partidos

Depois de um dia de paralisia em função da disputa pelas relatorias de MPs, o presidente da Câmara, João Paulo Cunha (PT-SP), fez uma nova proposta que foi aceita por PSDB e PFL: a cada bloco de 32 medidas provisórias, três serão relatadas pelo PFL, duas pelo PSDB, três pelo PMDB e duas pelo PP. As outras 13 serão divididas entre os partidos da base. ■

Gustavo Miranda/19-3-2003